

Arquivos e pesquisa

Definidos por seu caráter essencialmente instrumental em relação à pessoa física ou jurídica que lhes deu origem, os documentos de arquivo não se confundem com os de outras instituições de custódia. Vale a pena lembrar, nesse sentido, os diferentes atributos que os distinguem daqueles que integram os acervos de bibliotecas, museus e outras entidades similares, como os centros documentação e de memória.

Os documentos de arquivo desfrutam de uma dupla condição: a de representar determinadas ações, por meio da palavra escrita ou de outras linguagens, e a de, simultaneamente, lhes servir de prova. Dessa relação de estreita correspondência entre as próprias ações e o registro que as viabiliza e perpetua decorrem os princípios norteadores da prática arquivística, conferindo estatuto científico à disciplina que dela se ocupa; e decorre também a extrema importância que os arquivos assumem como fonte para a pesquisa retrospectiva.

Como se justifica essa importância? Antes de tudo, pelo poder de remissão que os documentos de arquivo possuem face ao contexto imediato em que foram produzidos. Trata-se de uma relação que poderíamos considerar de quase equivalência. Não foi à toa que a renomada arquivista Angelika Menne-Haritz, reforçando a ideia de que tais documentos são a corporificação de ações, afirmou serem eles as próprias ações. Ao contrário do que muitos pensam, no entanto, essa qualidade reflexiva dos documentos de arquivo não coloca o historiador diante das “verdades” factuais que gostaria de poder introduzir em seu projeto de reconstituição de realidades passadas. Para ele, o conhecimento será sempre resultado de interpretação, ou seja, de superação e ultrapassagem dos elementos fragmentários registrados nos documentos.

Que papel têm então os documentos de arquivo, no âmbito da pesquisa científica, se seu potencial informativo está circunscrito ao contexto de que se originaram? Se os voos interpretativos que os tomam como referência passam ao largo de sua funcionalidade imediata? Se a lógica da pesquisa é inteiramente alheia à que preside a produção documental? A resposta não é simples, sobretudo porque contrapõe duas

modalidades de abordagem do documento de arquivo, simultaneamente complementares e antagônicas.

A primeira delas é a do profissional que identifica, descreve e disponibiliza os arquivos para um público indefinido de usuários. Tais atividades supõem não apenas um profundo conhecimento da entidade produtora, mas a procura dos vínculos necessários entre os itens documentais remanescentes de seu funcionamento ao longo do tempo. O trabalho do arquivista está centrado, pois, na busca do sentido original desse processo de acumulação, sem qualquer preocupação com o caráter polissêmico que a leitura dos documentos invariavelmente sugere.

No outro extremo, em que se colocam os diferentes usuários do arquivo, atentos todos ao conteúdo manifesto dos documentos, a estabilidade de sentido propiciada pelos arquivistas é objeto de contínuo enfrentamento, à base das hipóteses e dos argumentos que os temas e recortes formulados pelos pesquisadores não cessam de sinalizar. Se esse voo interpretativo fosse inteiramente livre, como querem os adeptos do relativismo extremo que domina o pensamento contemporâneo, seria difícil validar seus resultados, do ponto de vista científico.

É aí que entram os aportes do processamento arquivístico. O contexto original e imediato de produção de documentos estabelece, de qualquer modo, os limites da interpretação possível e desejável do material empírico selecionado pelo pesquisador dentro dos arquivos. As relações entre arquivistas e historiadores acabam por perder, então, o antagonismo que costumam aparentar, cedendo espaço para os laços de complementaridade que é preciso, cada vez mais, cultivar.

Neste número da *Resgate*, as fronteiras que separam os arquivos das ações memoriais (incluída nessa categoria a própria historiografia) são matéria de discussão, além de pretexto para a apresentação de estudos de caso bem-sucedidos. Seu principal mérito, no entanto, está em mobilizar uma série de conceitos fundamentais para a área, deixando abertos os caminhos para novas e instigantes investidas sobre o tema.

Ana Maria de Almeida Camargo¹
Organizadora

¹ Graduada em História (1966) e doutora em História Social (1977), ambos pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).